



MEMÓRIAS DOS ATENDIMENTOS ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES NO BRASIL

Almir Nunes de Moraes Junior¹
João Diógenes Ferreira dos Santos²

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, ora Lei Federal nº 8.069/1990, bem como as convenções internacionais³ que tratam sobre os direitos do público infanto-juvenil, garantem atualmente ao Brasil, pelo menos no campo formal, instrumentos jurídicos de proteção e promoção às crianças e aos adolescentes.

Para chegarmos às atuais diretrizes legais⁴ sobre o atendimento dispensado pelo Estado brasileiro ao público infanto-juvenil, é necessário construir a trajetória, de forma panorâmica, da infância no Brasil.

Assim, para além dos estudos históricos de Del Priore (2015) e Freitas (1997) sobre a infância e adolescência brasileira, que, diga-se de passagem, será o plano de fundo deste trabalho, buscamos analisar os atendimentos pelo Estado ao público infanto-juvenil por meio da categoria memória, especificamente da memória coletiva⁵ traçada por Maurice Halbwachs (2006).

METODOLOGIA

1 Discente do Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Bolsista da Fundação de Ampara à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB; Endereço eletrônico: almirjunior.adv@gmail.com

2 Orientador. Professor titular do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Endereço eletrônico: jdiogenes69@gmail.com

3 Convenção Americana Sobre Direitos Humanos – Pacto e San José Da Costa Rica; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Declaração dos Direitos da Criança; dentre outras.

4 O Estatuto da Criança e Adolescente estabelece a partir do seu art. 86 as diretrizes da política de atendimento, que se dará por meio um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, observando a criança e o adolescente como sujeitos de direitos.

5 Categoria de análise que será abordada adiante.



A investigação das memórias sobre o atendimento realizado pelo Estado brasileiro à infância e à adolescência se deu por meio da revisão bibliográfica, bem como através de análise de fontes históricas, como legislações, textos literários, documentários e publicações jornalísticas, que serão analisadas, considerando o momento sociohistórico destas fontes.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Quando nos propomos a estudar as memórias dos atendimentos ofertados pelo Estado brasileiro à infância e adolescência é indispensável olharmos ao longo da história. A partir dos acontecimentos que foram tecidos pela historiografia, bem como a partir daquilo que foi esquecido.

Nessa perspectiva, o passado é sempre o ponto de interseção entre a história e a memória. O que aconteceu em dado momento e certo lugar, torna-se objeto de investigação desses dois saberes científicos, fazendo com que as convergências entre eles se apresentem, de forma mais evidente do que as divergências.

Para efeito de considerar os (des)encontros⁶ entre história e memória, Catroga (2015) lembra que de acordo com a mitologia grega, a musa da história - Clio - teria se originado a partir da união entre Zeus e a deusa da memória Mnemosine. Filha da memória, a história, na cultura grega, permaneceu, durante muito tempo, ligada à lembrança dos feitos humanos.

Nesse sentido, cabem aqui as conclusões de Castanho (2016), quando adverte que longe de se excluírem, as duas categorias se complementam, vez que sem memória não há história, considerando aquela como o principal nutriente desta. Sob essa ótica, este trabalho posiciona a história no plano de fundo para que assim possamos observar as memórias que emergem em dado momento e se mantêm vivas até hoje.

Assim, ao analisar as memórias das atividades estatais brasileira, estaremos estudando, por consequência, como estas memórias se desenvolveram num determinado grupo de pessoas. Nesse aspecto, indispensável nos ater ao conceito de memória coletiva de Maurice Halbwachs (2006). Para Halbwachs (2006, p. 69) “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar

6 Expressão utilizada por Catroga (2015) com objetivo de traçar as semelhanças e as diferenças entre as categorias história e memória.



que ali ocupo e esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes”.

Pois bem, o período colonial, sob a égide da Coroa Portuguesa, se apresenta na trajetória brasileira, marcado por ações imperiosas contra diferentes infâncias. A criança indígena, por exemplo, vivenciou o processo de catequização realizado pelos jesuítas, que as escolheram como o papel branco em que tanto se desejava escrever, com claro objetivo de imprimir a cultura cristã portuguesa (CHAMBOULEYRON, 2015). As crianças africanas, de igual forma, foram alvo de graves violências, durante o período da escravatura e posterior a ele. Nem mesmo o vínculo familiar era garantido, já que desde seus nascimentos tornavam-se propriedades dos escravagistas (GOES, 2015).

No entanto, o atendimento ofertado pela Coroa Portuguesa para crianças, durante o período colonial, foi a Roda dos Expostos. Extinta no século passado, em 1950⁷, tratava-se de um dispositivo de forma cilíndrica e com uma divisória no meio, fixado no muro ou na janela das Santas Casas de Misericórdia⁸, onde crianças abandonadas eram entregues às instituições religiosas (MARCÍLIO, 1997).

As rodas dos expostos se consolidaram como atendimentos dispensados as crianças, baseado na caridade cristã. Esta memória coletiva fundamentada na caridade está presente até os dias atuais, inclusive por meio da institucionalização de diversos repasses financeiros dos entes federativos às instituições religiosas.

No século XIX, com o fim da colonização, o discurso médico-sanitário⁹ influenciou o modo de como o Estado atenderia a infância no Brasil. Para Rizzini (2011) houve um deslocamento do domínio da Igreja para o domínio do Estado, que por sua vez, passou a estabelecer múltiplas alianças com instituições particulares com objetivo de atender o público infante-juvenil.

Assim, a partir da nova conjuntura do final do século XIX, emerge, na sociedade brasileira, a memória coletiva da filantropia, quando o Estado se associa aos setores privados e utiliza do discurso da generosidade para salvar as crianças pobres¹⁰. Esta memória filantrópica, contudo, ainda permanece na atualidade, **vez que** o Estado continua

7 Lembra Marcilio (1997) que a roda dos expostos foi implantada no período colonial, multiplicou-se no período imperial, conseguiu manter-se durante a república e só foi extinta definitivamente na recente década de 1950.

8 Instituição implantada no Brasil desde o período colonial pela Coroa Portuguesa com vínculo com a Igreja Católica, tratava de enfermos, inválidos e crianças expostas, ou seja, abandonadas material e afetivamente.

9 A intervenção dos higienistas nas políticas públicas parecia obedecer ao mal confessado com objetivo de tornar o ambiente urbano salubre para um determinado setor da população (CHALHOUB, 2004, p. 9)

10 Rizzini (2011) destaca que o discurso da época para salvar as crianças tratava-se de um meio de salvar o Brasil.



se associando com as diversas faces do setor econômico para prestar atendimento de cunho assistencialista às crianças e aos adolescentes.

Já no início do século XX, por sua vez, sob o argumento de defesa da criança e da sociedade, o saber jurídico se une ao da assistência e da medicina, partindo do pressuposto que determinada¹¹ infância se apresentava como perigosa, necessitando de controle estatal.

O governo de Getúlio Vargas, por exemplo, conhecido como populistas e “pai dos pobres”, aprofundou a prática higienista e repressiva na área infanto-juvenil, privilegiando internamento dos “menores” como principal tática de contenção às crianças ou aos adolescentes destituídos de status social (PEREZ, 2010). Tais ações se respaldavam legalmente no Código de Menores de 1927, destinado aos menores em situação irregular¹².

Frota (2002) lembra que a partir do regime autoritário militar, em 1964, a política de atendimento ao público infanto-juvenil passou a ser regulamentada por dois documentos legais: a Política do Bem-Estar do Menor (PNBEM) e, posteriormente, o Código de Menores de 1979. Ambos de cunho autoritário e coercitivo, também deram base ideológica para difundir, na sociedade em geral, o termo menor¹³.

Apesar da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 se fundamentarem na proteção e promoção do público infanto-juvenil como sujeitos de direitos, as memórias da institucionalização e do “menorismo” ainda são permanentes na atualidade, alimentadas tanto pelo senso comum como pelo Poder Judiciário¹⁴.

CONCLUSÃO

11 A palavra “determinada” surge na intenção de situar o leitor no sentido de que a infância aqui não é tratada de forma ampla, vez que há nesse momento corte étnico-racial influenciado pela antropologia criminal de Cesare Lombroso e pelo darwinismo social, ambos preconizados ao final do século XIX, devidamente tratados por Schwarck (2016). Há também um recorte de classe, vez que eram consideradas como infância perigosa somente as crianças que se encontravam ociosas enquanto seus pais eram submetidos a intensas jornadas de trabalho.

12 Tratava-se de criança e adolescentes em situação irregular aquelas que não contribuíam para ordem social da época, permaneciam ociosos pelas ruas, ficando estigmatizados como menores delinquentes.

13 “Menor” era o termo utilizado pelos Códigos de Menores que vigoraram no século XX, carregando consigo sentido pejorativo que a época e a legislação tratavam a criança e o adolescente, negando-os como sujeitos de direitos, e sendo alvos de uma política pública assistencialista marcada pela disciplina e institucionalização.

14 O documentário Juízo do ano de 2007 com direção e roteiro de Maria Ramos e produção de Diler Trindade demonstra que, embora estejamos sob a vigência nas regras proterivas do Estatuto da Criança e do Adolescente, por não rara vezes o Poder Judiciário nos seus atendimentos com adolescentes em conflito com a lei ainda parece estar arraigado pela memória da menorização e da institucionalização emergidas no século passado.



A partir da trajetória histórica da infância e adolescência no Brasil, foi possível observar que em determinados momentos do passado emergiram memórias coletivas vinculadas ao atendimento dispensado pelo Estado brasileiro ao público infanto-juvenil.

As memórias analisadas foram a da caridade advinda do período colonial/imperial, que permanecem evidentes até os dias atuais. A filantropia que emergiu ao longo do século XIX e permanece viva com outra configuração nas políticas de atendimento à infância e à adolescência. E, por fim, as memórias da institucionalização e da menorização, ambas construídas a partir do discurso jurídico, assistencial e médico, legitimado tanto pelos Códigos de Menores, quanto pelas políticas públicas repressivas do século XX, presentes atualmente no senso comum e nos discursos midiáticos e estatais, nos três poderes (legislativo, executivo e judiciário).

Palavras-chaves – Atendimento. Infância e adolescência. Memória.

REFERÊNCIAS

CASTANHO, Sérgio Eduardo M. Memória, história e educação. **HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 67, p. 154-164, mar 2016.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. 100p.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Schwarcz, 2004.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentistas. In: PIORE, Mary Del. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

CUNHA, Edite da Penha; CUNHA, Eleonora S. M. Políticas públicas sociais. In:

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. 7ª Ed. São Paulo: Contexto, 2015.

FREITAS, Marcos Cesar. **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

GOES, J.R. FLORENTINO, M. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PIORE, Mary Del. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.



GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: Visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. Diálogos, **DHIQUEM**, V. 5, n. 1, p. 11-47. 2001.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil 1726 – 1950. In: FREITAS, Marcos Cesar. **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993.

PEREZ, José Roberto Rus et al. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 649-673, 2010.

RIZZINI, Irene. **O século perdido, raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SCHWARCZ. Lila Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930**. São Paulo: Schwarcz, 2016.